



RELATÓRIO ESPECIAL

Balanço político 2014, rumo a uma mudança de ciclo eleitoral na América Latina?

Madri, janeiro 2015

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. HETEROGENEIDADE, MUDANÇA E CONTINUIDADE NAS ELEIÇÕES DE 2014
3. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

2014 foi um ano muito intenso, já que houve sete processos eleitorais na América Latina que trouxeram grandes novidades e mudanças no panorama político regional. As eleições presidenciais em Costa Rica, El Salvador, Panamá e Colômbia durante a primeira metade de ano, e em Brasil, Bolívia e Uruguai no final de 2014, abriram a porta a um novo tempo eleitoral e político que nasce, por sua vez, dentro de um contexto diferente nos âmbitos econômico (a região entrou em um período de resfriamento) e social (aumento do mal-estar, dos protestos e das mobilizações).

Este novo tempo eleitoral e político está marcado pela heterogeneidade, a volatilidade e a dificuldade de manter as hegemonias de determinados partidos e de certas lideranças que até agora pareciam imbatíveis nas urnas, já que ganhavam com grande margem e relativa facilidade nos diversos pleitos dos quais participavam. Quanto à heterogeneidade política que caracteriza a América Latina, esta se configurou em 2014 em vitórias de candidatos de direita (Juan Carlos Varela no Panamá), de centro (Juan Manuel Santos na Colômbia), de centro-esquerda (Luis Guillermo Solís na Costa Rica, Dilma Rousseff no Brasil e Tabaré Vázquez no Uruguai) e de esquerda (Salvador Sánchez Cerén em El Salvador e Evo Morales na Bolívia).

No que se refere à volatilidade do voto, este fenômeno provocou que a reeleição e o continuísmo tenham se transformado em 2014 no desafio mais difícil de se conseguir na América Latina, ao contrário do que ocorria há poucos anos (reeleições de Hugo Chávez e do PLD dominicano em 2012 ou de Rafael Correa e do chavismo com Nicolás Maduro em 2013). Na primeira metade de 2014, o partido de Ricardo Martinelli no Panamá e o PLN na Costa Rica perderam o poder, enquanto a FMLN em El Salvador conseguiu que seu candidato desse continuidade a sua permanência na presidência, embora impondo-se à Arena por apenas seis mil votos de vantagem. Juan Manuel Santos na Colômbia não só não conseguiu vencer no primeiro turno (foi o segundo mais votado) como sofreu muito para conseguir a reeleição no segundo. Nas eleições no Brasil, as mudanças foram constantes quanto a tendências eleitorais e, se uma semana antes do pleito as pesquisas apontavam um duelo entre Dilma Rousseff e Marina Silva no segundo turno, este acabou sendo um confronto entre Dilma e Aécio Neves.

Essa volatilidade e heterogeneidade políticas se alimentam, entre outras coisas, da situação geral da América Latina, marcada pelo resfriamento econômico (a região terá crescido 2,5% em 2014 após havê-lo feito em anos precedentes acima de 4%). Essa queda, produto do menor cres-

“As emergentes classes médias começaram a se mobilizar para exigir melhores serviços públicos, um real compromisso na luta contra a corrupção e mais segurança popular”

cimento chinês e das dificuldades econômicas internacionais, incide no mal-estar social que afeta a região: as emergentes classes médias começaram a se mobilizar para exigir melhores serviços públicos, um real compromisso na luta contra a corrupção e mais segurança popular. Como declarou o analista político Daniel Zovatto, "as vitórias dos partidos de governo, sobretudo em contextos de reeleição consecutiva, apesar de continuar mantendo vantagem, já não são tão fáceis de se conseguir como no passado recente, e, por isso, a necessidade de ir para um segundo turno (e inclusive o risco de perder) se tornou mais comum, como ocorreu na reeleição de Juan Manuel Santos na Colômbia e na apertada vitória do governista Sánchez Cerén em El Salvador".

2. HETEROGENEIDADE, MUDANÇA E CONTINUIDADE NAS ELEIÇÕES DE 2014

Heterogeneidade, volatilidade e a tensão recorrente entre mudança e continuidade foram, portanto, as tônicas que se sobressaíram no pleito em 2014 na América Latina. Esses eixos marcaram as disputas nas urnas tanto na primeira metade do ano como na segunda.

Os heterogêneos processos eleitorais centro-americanos

A América Central abriu o calendário de eleições presidenciais na América Latina em 2014. Costa Rica, El Salvador e Panamá protagonizaram, entre fevereiro e maio, as três grandes elei-

ções na região. O primeiro turno na Costa Rica e em El Salvador aconteceram no dia 2 de fevereiro e, como em ambas foi preciso um segundo turno, este aconteceu em El Salvador no dia 9 de março, e na Costa Rica em 6 de abril. Um mês depois, em 4 de maio, chegou a vez do Panamá.

A tensão entre mudança-continuidade —característica dos processos eleitorais em 2014— esteve muito presente em Costa Rica, El Salvador e Panamá. Se até este ano o eleitorado (especialmente as classes médias emergentes) parecia se inclinar, de forma majoritária, pelos oficialismos e por defender os avanços econômicos e sociais alcançados durante a década dourada (2003-2013), nesta nova conjuntura a situação começou a mudar, já que as mudanças sociais incidiram no panorama político. Como afirma o analista Patricio Navia para o caso chileno (embora sua reflexão possa ser estendida a toda América Latina), *"em um país onde a classe média é hoje mais ampla e poderosa do que nunca em sua história, tanto as elites como os setores populares perderam peso relativo (...) as elites se sentem ameaçadas pela irrupção de uma classe média que quer distribuir melhor o poder. Por sua vez, os governos já sabem que não basta satisfazer as demandas dos setores populares. Como dolorosamente descobriu o ex-presidente Piñera em 2011, se La Moneda alienar a crescente classe média, os custos políticos serão muito superiores do que os de ignorar os setores populares"*.

COSTA RICA	2 de fevereiro (primeiro turno)
EL SALVADOR	9 de março (segundo turno)
COSTA RICA	6 de abril (segundo turno)
PANAMÁ	4 de maio

Fonte: elaboração própria

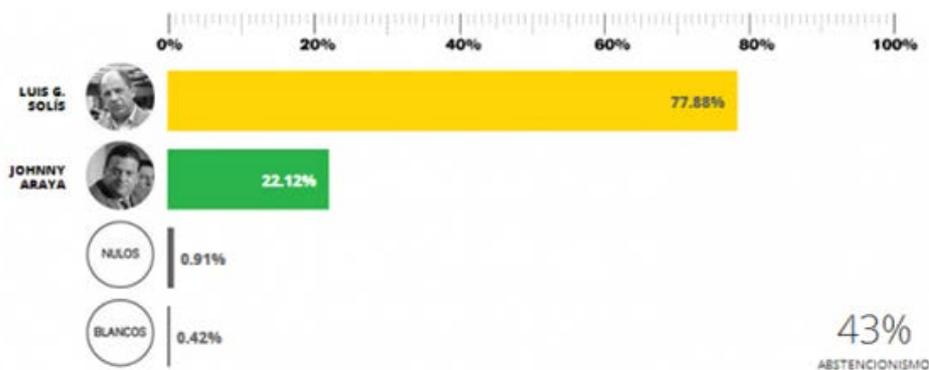
“Para o eleitorado, de perfil muito classe média, a estabilidade do período Arias-Chinchila (2006-2014) já não compensava”

De uma forma ou outra, isso é o que ocorreu na Costa Rica, onde partidos como o Partido Ação Cidadã (PAC) e, em menor medida, a Frente Ampla, cresceram significativamente com suas respectivas propostas de mudança frente à aposta continuísta do Partido Libertação Nacional (PLN), no poder desde 2006. O candidato Luis Guillermo Solís, do centro-esquerdista PAC, com 30,64%, e o do governante PLN, Johnny Araya, com 29,71%, foram os mais votados no primeiro turno. Em terceiro lugar ficou o candidato do esquerdista Partido Frente Ampla, José María Villalta, com um apoio de 17%, enquanto Otto Guevara, do direitista Movimento Libertário, alcançou 11%. Após o segundo turno, Solís, um historiador de 53 anos, obteve a cadeira presidencial, quebrando oito anos de hegemonia do PLN, a dos governos de Óscar Arias e Laura Chinchilla (2006-2014). Solís recebeu 77,88% dos votos, enquanto seu adversário, o candidato do governista PLN, Johnny Araya, obteve 22,12%, com uma abstenção de 43% (a mais ele-

vada nos últimos 60 anos). Um segundo turno que teve características inéditas já que Araya renunciou a fazer campanha (mas manteve sua candidatura porque a constituição não permite retirá-la) após ver, através de diversas pesquisas, suas poucas possibilidades de vitória.

Na realidade, Araya e sua aposta continuísta se viram ultrapassados pelo heterogêneo voto a favor da mudança encarnada não só pelo social-democrata Solís (30%), mas também pela esquerdista Frente Ampla (17%) e o neoliberal Movimento Libertário (11%). Com posturas ideológicas diametralmente opostas, todos concordavam em pôr fim ao domínio do PLN, o que explica que tanto nas pesquisas prévias ao pleito para o segundo turno como nos próprios resultados das eleições os votos se concentrassem em torno do candidato do PAC, superando amplamente o respaldo obtido pelo PLN. Para o eleitorado, de perfil muito classe média, a estabilidade do período Arias-Chinchila (2006-2014) já não compensava, pois os governos do PLN não conseguiram responder, nem se adaptar à nova agenda apresentada por esse eleitorado emergente. Uma agenda centrada em melhores serviços públicos e uma administração mais ágil e com menos corrupção.

Em El Salvador, o candidato do continuísmo, Salvador Sánchez Cerén, do esquerdista FMLN, foi o mais votado no primeiro turno, mas não conseguiu 50% mais um dos votos (Sánchez Cerén somou



“Além de ser heterogênea, a região oscila entre a mudança e a continuidade”

48,9%, e Norman Quijano, da direita Arena, ficou a dez pontos, com 38,9%), por isso teve que ser realizada um segundo turno. Na disputa final, realizada em 9 de março, Sánchez Cerén venceu por uma apertada margem, de apenas 0,22 ponto (6.400 votos), o candidato da Arena, que conseguiu agrupar em torno de sua figura os votos anti-FMLN, tanto os de centro (os que em primeiro turno votaram no ex-presidente Tony Saca) como os de direita – Arena– contrários à continuidade da ex-guerrilha no poder.

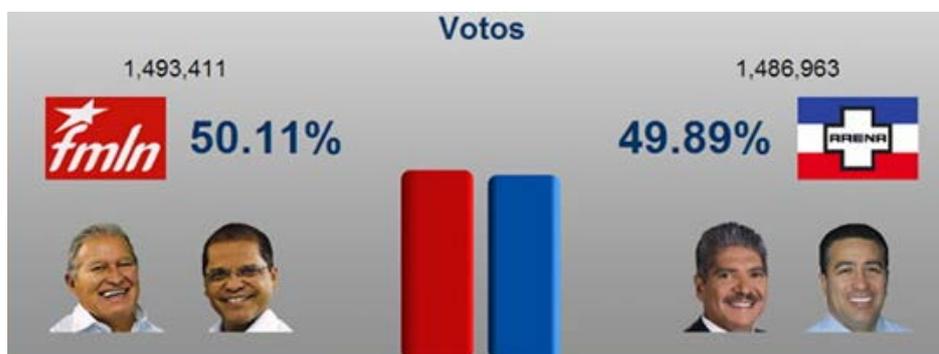
Neste caso, a polarização histórica que o país vive desde os anos 80-90 (FMLN vs Arena) e o próprio desgaste do governo de Mauricio Funes (sobretudo pelo baixo crescimento econômico do país e o problema perene da insegurança) provocaram esse resultado tão apertado e o fato de o voto anticomunista se agrupar em torno da candidatura da centro-direitista Arena:

Este pleito –e o do Panamá de 4 de maio– mostrou que a América Latina, em geral, e América Central, em particular, são en-

tidades complexas e muito heterogêneas também desde um ponto de vista político.

Nos cinco primeiros meses de 2014 foi possível assistir ao triunfo de um candidato de esquerda (ex-guerrilheiro) como Salvador Sánchez Cerén em El Salvador, à vitória de um representante da centro-esquerda (“social-democrata”) como Luis Guillermo Solís na Costa Rica e à ascensão de um partido de direita no Panamá, que tinha como presidenciável Juan Carlos Varela. Houve surpresa neste país, já que as pesquisas apontavam como favorito José Domingo Arias, o homem apoiado pelo presidente Martinnelli, dentro de um triplo empate técnico com as opções de Varela e a esquerdista de Navarro. No final, ganhou o opositor Juan Carlos Varela, liderando a aliança conformada pelos opositores partidos Panamenhista (PPa) e Popular (PP), e o fez por quase sete pontos de diferença –muito mais do que o previsto– sobre o governista José Domingo Arias (Mudança Democrática e Movimento Liberal Republicano Nacionalista), com 31,39%; e dez sobre o opositor Juan Carlos Navarro (Partido Revolucionário Democrático) com 28,15%.

Além de ser heterogênea, a região oscila entre a mudança e a continuidade movida por classes médias ascendentes que cresceram na época de bonança, mas que agora possuem novas agendas (demandam melhores serviços públicos, mais segurança e maior combate contra a corrupção).



Fonte: El Diario de Hoy

“Os desejos de mudança se deram de forma muito acentuada, inclusive onde houve continuidade”

A região que votou continuidade em El Salvador, ao voltar a confiar no FMLN (força que já chegou ao poder com Mauricio Funes em 2009) votou pela mudança, no entanto, na Costa Rica, ao apostar pelo PAC (um partido de pouco mais de uma década de vida, que jamais tinha levado um candidato próprio à presidência). Também votou pela mudança no Panamá, embora neste caso para ratificar um dos partidos tradicionais e históricos do país, o panamenhista ou arnulfista. Uma força que, pelas mãos de seu lendário caudilho (Arnulfo Arias), chegou ao poder

em 1941, 1951 e 1968 e que, desde o retorno da democracia, em 1989, conquistou a presidência em 1989, 1999 e agora em 2014. No caso do Panamá, se deu uma situação especial, pois o panamenhismo foi em 2009 em aliança com a Mudança Democrática de Ricardo Martinelli (Varela foi seu vice-presidente), mas ambos acabaram rompendo essa aliança política em 2011.

Além disso, os desejos de mudança se deram de forma muito acentuada, inclusive onde houve continuidade, como pôde ser notado com clareza em El Salvador: Sánchez Cerén só se impôs por 6 mil votos, e a Arena esteve muito perto de tirar do poder a FMLN, já que conseguiu atrair, no segundo turno contra o FMLN, mais de 400 mil votos novos, absorvendo os que penderam no primeiro turno pela opção centrista liderada por Tony Saca. Isso fez com que o partido direitista acabasse perdendo por apenas 6 mil cédulas de diferença. Se no primeiro turno a distância foi de 10 pontos (48% vs 38% a favor de Sánchez Cerén), na segunda votação as distâncias diminuíram até o mínimo (50,11% para Sánchez Cerén e 49,89% para Norman Quijano), mostrando assim um país muito dividido e polarizado.

O disputado pleito na Colômbia

Da mesma forma, a volatilidade (a incerteza e imprevisibilidade dos resultados) foi outra das características mais sobressalentes nas eleições colombianas de maio, assim como nas de Brasil e Uruguai em outubro.

ELEIÇÕES	RESULTADOS
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS (9 DE MARÇO)	<p>Câmara: Partido da U 16,05% Partido Liberal 14,13% Partido Conservador 13,17% Centro Democrático 9,47% Mudança Radical 7,74% Aliança Verde 3,35% Polo Democrático 2,89%</p> <hr/> <p>Senado: Partido da U 15,58% Centro Democrático 14,29% Partido Conservador 13,58% Partido Liberal 12,22% Mudança Radical 6,96% Aliança Verde 3,94% Polo Democrático 3,78%</p>
PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (27 DE MAIO)	<p>Óscar Iván Zuluaga 29,25% Juan Manuel Santos 25,69% Marta Lucía Ramírez 15,52% Clara López 15,23% Enrique Peñalosa 8,3% Voto en blanco 5,99% Abstenção 59,9%</p>
SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (15 DE JUNIO)	<p>Juan Manuel Santos 7.839.342 (50,95%) Óscar Iván Zuluaga 6.917.001 (45%) Abstenção 52,11%</p>

Elaboração própria com dados do Conselho Nacional Eleitoral

“No Brasil, os resultados foram condicionados por uma campanha eleitoral, no primeiro turno, que foi uma verdadeira montanha-russa”

voto urbano, que vinha reivindicando mudanças e transformações, se inclinou em boa parte a favor de Zuluaga. A aliança para o segundo turno entre Santos e a esquerda favoreceu que parte do voto urbano pendesse para o lado do presidente:

Os vaivéns nas eleições brasileiras

Os ingredientes que marcaram o pleito na Colômbia também foram vividos no Brasil meses depois: incerteza nos resultados, perda de apoio por parte do governo, emergência de um voto de protesto e de desencanto da classe média.

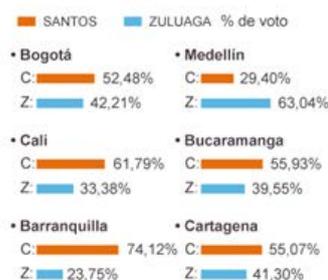
No Brasil, os resultados foram condicionados por uma campanha eleitoral, no primeiro turno, que

foi uma verdadeira montanha-russa, cheia de surpresas e que se dividiu em três fases. Fases marcadas pela incerteza e por tendências que se concretizaram em constantes mudanças de intenções de voto. A campanha eleitoral não começou, na realidade, até a final da Copa do Mundo de futebol, em 11 de julho, um sucesso de organização, com pouca incidência dos protestos, e um profundo fracasso esportivo para a seleção brasileira (algo que por fim mostrou não ter tido nenhuma influência na campanha eleitoral).

Portanto, a campanha, que começou em meados de julho e que terminou no início de outubro, atravessou esses diversos períodos nos quais foi se forjando o resultado que acabou ocorrendo no primeiro turno, realizado em um domingo, 5 de outubro.



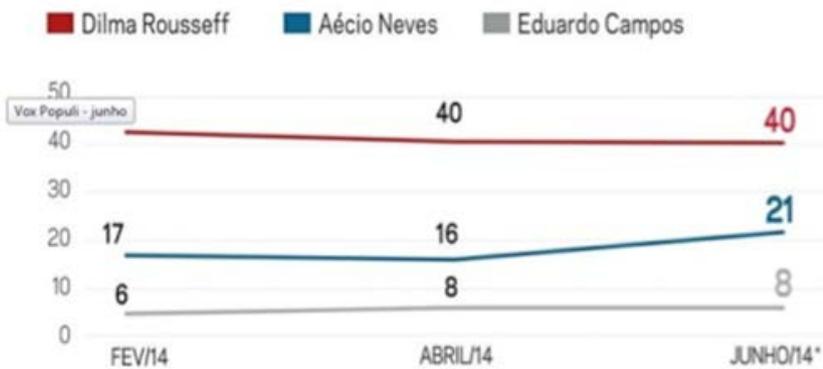
El voto en las principales ciudades



- **1ª Etapa (julho-agosto de 2014):** No início de agosto, parecia claro que Dilma Rousseff tinha um teto eleitoral (de 40%) e uma ampla distância em relação ao segundo colocado (Aécio Neves rondava os 20%). O terceiro na disputa, Eduardo Campos, que levava Marina Silva como companheira de chapa, estava estagnado em torno de 10%. Esse panorama indicava um segundo turno no qual provavelmente Dilma enfrentaria Aécio e no qual a presidente aparecia como clara favorita:

Mas em 13 de agosto todo este cenário mudou de forma radical devido à morte, em um

Intenção de voto estimulada para presidente

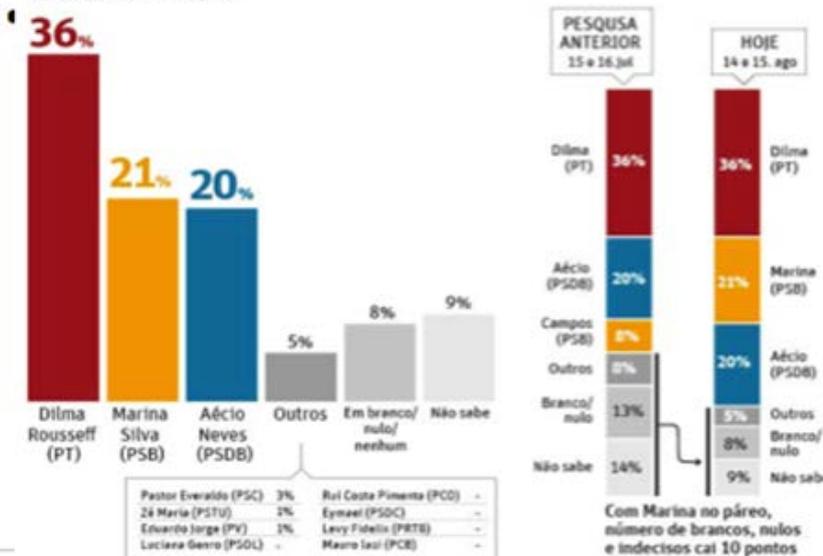


*Pesquisa realizada nos dias 30/05 e 1º/06 com 2,2 mil eleitores em 161 municípios e registrada na Justiça Eleitoral sob o número BR-00156/2014. Mais detalhes do levantamento estarão disponíveis na edição 804 de CartaCapital, que começa a circular nesta sexta-feira 13.

Pesquisa de agosto de 2014. Infografia elaborada pela Folha de S.Paulo.

acidente de avião, de Campos. O acaso transformou a campanha (muito mais que o desastre na Copa, como tinha sido especulado) e introduziu um elemento de incerteza inexistente até esse instante. Campos foi substituído por sua vice, Marina Silva, quem revolucionou a campanha. Em duas semanas, ela tirou Aécio Neves, do PSDB, do segundo lugar (quando era o favorito para disputar o segundo turno com Dilma) e cresceu rapidamente em um curto período de tempo: se Campos rondava os 10% em intenções de voto, Marina chegou a 21% logo após ser proclamada candidata, e em projeções de segundo turno aparecia até na frente de Dilma, por 47% a 43%.

CENÁRIO COM MARINA



Pesquisa da segunda metade de agosto de 2014. Infografia elaborada pela Folha de S.Paulo.

- 2ª Etapa (agosto-primeira metade de setembro de 2014): No final de agosto, em pesquisa do Datafolha, Dilma e Marina estavam empatadas em torno de 34%, e a ecologista e candidata do PSB continuava ganhando no segundo turno, com uma diferença de 6% a 9%.

Essa progressão ascendente de Marina Silva foi interrompida quando Aécio Neves e Dilma Rousseff entraram no corpo a corpo da campanha, fazendo duros ataques à nova candidata, que até esse momento tinham tentado ignorar pensando que se tratava de um fenômeno passageiro e conjuntural.

A CORRIDA PRESIDENCIAL



Pesquisa Datafolha do fim de agosto. Infografia elaborada pela Folha de S.Paulo

- **3ª Etapa (segunda metade de setembro-outubro de 2014):** O resultado foi que o crescimento de Marina minguou faltando duas semanas para o pleito, e suas intenções de voto caíram para 25%, ficando a 15 pontos percentuais de Dilma (40%), e com Aécio Neves (que retomou a tendência ascendente que apresentava antes da morte de Campos) colado em seus calcanhares. A máquina de mobilização de votos do PT e de demolição da adver-

sária tinha entrado em jogo. Esse fator, junto com as inconsistências programáticas (como suas hesitações em temas como o aborto), e sua fragilidade como líder (desatou a chorar em algumas ocasiões durante a campanha) acabaram afundando Marina Silva:

A máquina do PT tinha começado, de forma muito eficiente, a destruir o fenômeno Marina e, como afirma o analista político Fernando Bizarro, na publicação Con-DistintosAcentos, "quando Marina teve que enfrentar as intempéries de uma campanha eleitoral, a falta de profundidade de suas propostas e a heterogeneidade dos interesses que ela representa se mostraram tóxicas para a manutenção do apoio inicialmente recebido".

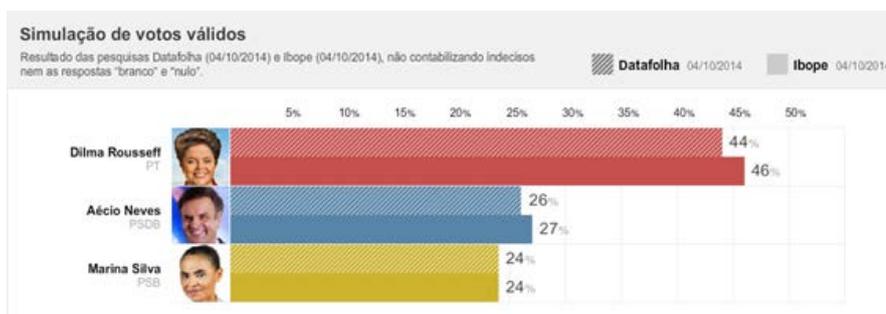
No dia 5 de outubro, o mesmo das eleições, Aécio já aparecia na frente de Marina, indicando o que era mais uma evidência do quão voláteis foram as intenções de voto durante a campanha:

Por fim, Dilma Rousseff acabou sendo a mais votada no primeiro turno, com 41% dos votos, seguida por Aécio Neves, com 33%, e Marina, que caiu para 21%, quando 15 dias antes rondava a casa dos 30%.

Essa montanha-russa que foi a campanha eleitoral evidenciava que o Brasil é um país em plena transição social e



Pesquisa Datafolha do fim de agosto. Infografia elaborada pela Folha de S.Paulo



Fonte: jornal Folha de S.Paulo

“Brasil é um país em plena transição social e política (e em breve econômica)”

política (e em breve econômica), no qual as fidelidades partidárias, e determinadas lideranças, são cada vez mais voláteis e circunstanciais.

- 4ª Etapa (outubro de 2014): O começo da campanha para o segundo turno foi marcado pela alta nas intenções de voto de Aécio, que conseguiu o apoio explícito de Marina Silva e do partido que a respaldou, o PSB. Também lhe concedeu apoio o Partido Popular Socialista (PPS), que integrou a coalizão de Marina. Além disso, ficaram a seu lado Eduardo Jorge, do Parti-

do Verde (PV), e o pastor Everaldo Dias, do Partido Social Cristão (PSC), que receberam, entre ambos, 1,36% dos votos. Além disso, as primeiras pesquisas apontavam que existia um empate técnico entre Dilma e Aécio no segundo turno, mas com vantagem para o ex-governador de Minas Gerais.

Segundo o Ibope, em meados de outubro, o candidato do PSDB obteria 46% dos votos no segundo turno, e Dilma, 44%. E segundo o Datafolha, Aécio, levando-se em conta os votos válidos, obteria 51% contra

BRASIL

SEÇÕES TOTALIZADAS **100%**

CANDIDATO / PARTIDO

VOTOS VÁLIDOS



Dilma / PT



Matematicamente no 2º turno

Ver mapa do candidato

41,59%
43.267.668



Aécio Neves / PSDB



Matematicamente no 2º turno

Ver mapa do candidato

33,55%
34.897.211



Marina Silva / PSB



Ver mapa do candidato

21,32%
22.176.619

4º Luciana Genro / PSOL 1,55% (1.612.186)

5º Pastor Everaldo / PSC 0,75% (780.513)

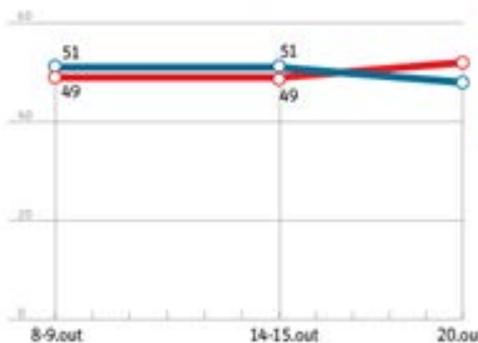
Fonte: Folha de S.Paulo

CORRIDA PRESIDENCIAL

Dilma assume a liderança, mas ainda está empatada tecnicamente com Aécio

VOTOS VÁLIDOS*

Exclui brancos, nulos e indecisos, em %

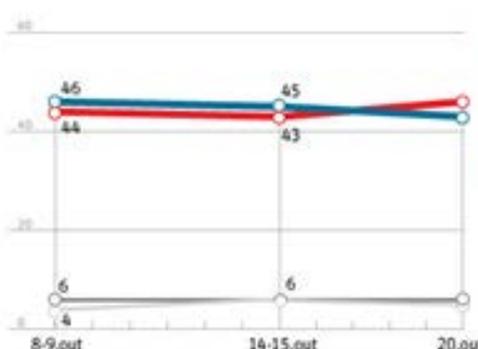


52 Dilma (PT)
48 Aécio (PSDB)



VOTOS TOTAIS

Em %



46 Dilma (PT)
43 Aécio (PSDB)



6 Não sabe
5 Em branco/nulo/nenhum

Infografia elaborada pelo jornal Folha de S.Paulo

“A política na América Latina atravessou em 2014 um período de grande volatilidade e incerteza nas diversas eleições que aconteceram na região”

49% da candidata do PT. Uma tendência que começou a se reverter na última semana de outubro, quando Dilma apareceu em primeiro nas intenções de voto.

Por fim se repetiu, em parte, a história do primeiro turno. Na última parte da campanha, a máquina do PT empurrou Dilma para o primeiro lugar, enquanto Aécio Neves ficava abaixo de 50%. Era, outra vez, a constatação da volatilidade nas tendências.

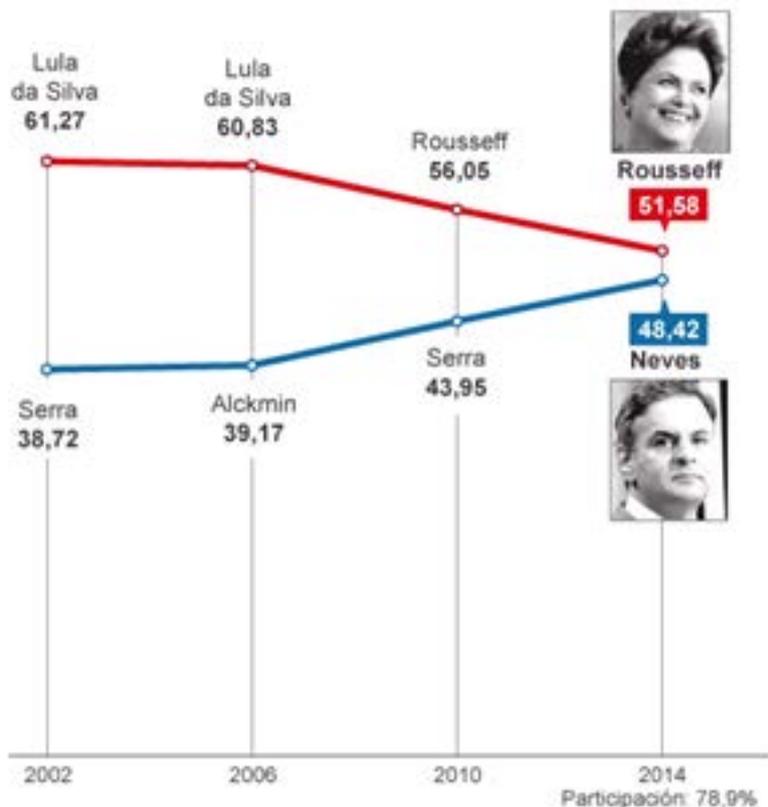
Como aponta o analista Daniel Zovatto, “no Brasil e na Colômbia, prevaleceu no eleitorado o medo de perder os grandes avanços sociais conseguidos na última dé-

cada. É certo que existe um desejo de mudança e que o eleitorado brindou com os candidatos que propunham romper com o status quo (Marina Silva, Aécio Neves e Luis Lacalle Pou). No entanto, na hora da verdade, prevaleceram uma postura mais “conservadora” e o medo de apostar em alternativas sobre as quais pairava a dúvida sobre se preservariam o progresso social obtido nos últimos anos. Os vários e generosos programas sociais são uma poderosa arma clientelar que geram lealdade política e benefícios eleitorais para os oficialismos”.

A exceção boliviana

A política na América Latina atravessou em 2014 um período de grande volatilidade e incerteza nas diversas eleições que aconteceram na região. Ocorreu, como se pôde comprovar nas linhas anteriores, em El Salvador e na Colômbia na primeira metade do ano e no Brasil e no Uruguai na segunda. Mas essa incerteza e essa volatilidade não ocorreram na Bolívia, onde Evo Morales foi reeleito para o período 2015-2020 com 61% dos votos e uma distância de mais de 35 pontos sobre seu principal rival, Samuel Doria Medina, que acabou com 24% dos votos. A contundente vitória eleitoral veio acompanhada de uma confirmação da hegemonia do Movimento ao Socialismo, o partido de Morales, de um ponto de vista geográfico: foi o mais votado em todos os departamentos, menos em Beni, e o MAS se impôs em 8 dos 9 departamentos. Mesmo

Elecciones presidenciales. Sobre el total de votos válidos, en %



Infografía elaborada pela El País

“Esses resultados de 2014, confirmaram a forte hegemonia masista e evista na Bolívia, que não parece decair com o passar dos anos”

perdendo em Beni, Morales subiu lá de 37,66% para 43%. Também esse predomínio se deu de um ponto de vista legislativo, onde o "masismo" conquistou em 2014 dois terços do legislativo, o que lhe permitiu mudar a Constituição sem necessidade de pactuar com a oposição.

Os resultados eleitorais

O resultado da eleição de 12 de outubro não deixou margem para dúvidas, já que Morales se impôs em oito dos nove departamentos, incluindo Santa Cruz de la Sierra. Embora nas principais circunscrições andinas sua candidatura tenha sofrido retrocessos significativos, sempre superou ou rondou 60% dos votos:

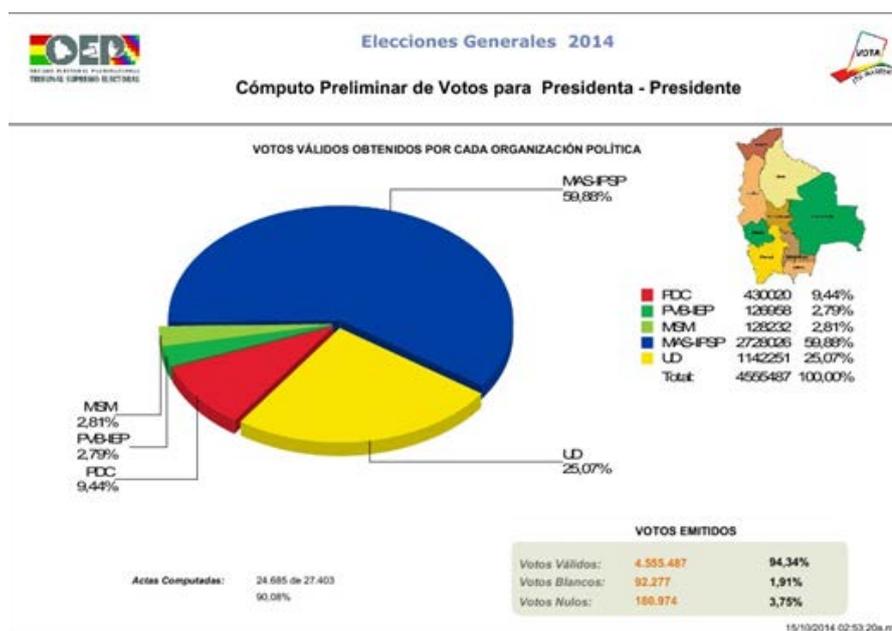
Além deste triunfo contundente de Morales, a jornada eleitoral foi marcada, uma vez fechados os colégios, por graves falhas técnicas que atrasaram o conhecimento

dos resultados oficiais durante três dias. Nesse tempo, os únicos dados indubitáveis eram as estimativas de boca de urna realizadas na noite de domingo, as quais davam a vitória a Morales por mais de 60% dos votos.

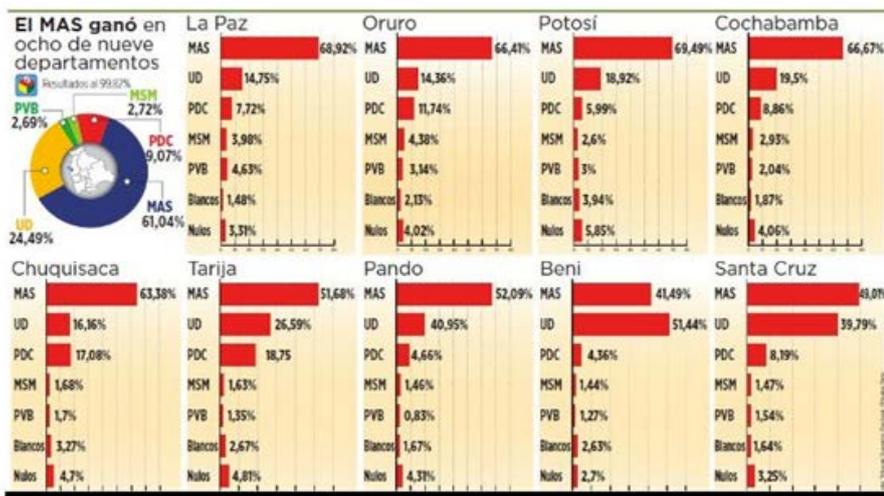
Foi, portanto, uma vitória contundente que já anunciava o próximo passo e a força de Evo Morales: seguir em direção à conquista de todo o poder local nas eleições departamentais de 2015. Com os resultados das eleições em 2014 (e embora as eleições em âmbitos sub-nacionais tenham outro tipo de dinâmica), o MAS conquistou a vitória por mais de 50% dos votos em todos os departamentos, exceto Beni (onde só alcançou 41%) e em Santa Cruz, onde, de qualquer forma, foi a força mais votada, com 49,07%:

Mas, por que a Bolívia representa uma exceção quanto à hegemonia da administração governante em comparação com as dificuldades pelas quais atravessam outros governos na região?

Esses resultados de 2014, como os de 2005 (quando Evo Morales recebeu 54% dos votos) e os de 2009 (quando obteve 64%) confirmaram a forte hegemonia masista e evista na Bolívia, que não parece decair com o passar dos anos (o apoio a Morales diminuiu apenas quatro pontos entre 2009 e 2014 e continua acima de 60%). Uma hegemonia que se explica pelo colapso do sistema de partidos vigente desde 1982 e pelo auge econômico que proporcionou ao governo Morales receitas suficientes para pôr em prática uma ambiciosa política social.



Dados e infografia do TSE da Bolívia



Fonte e infografía: La Razón

Após a nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006, a arrecadação do Estado alcançou US\$ 2,3 bilhões. Em 2005, ela era de apenas US\$ 526 milhões, 334,6% de aumento. A nacionalização dos hidrocarbonetos, além disso, gerou receitas nos últimos sete anos de US\$ 19 bilhões, comparados com os US\$ 3,3 bilhões do quinquênio precedente. Essas novas receitas explicam as políticas redistributivas que permitiram que quase um terço da população boliviana (3,2 milhões de pessoas) receba um bônus de assistência social e ajuda econômica direta do Estado (seja através do bônus Juancito Pinto, para os estudantes; da Renda Dignidade, para os idosos; ou do bônus Juana Azurduy de Padilla, destinado às mulheres grávidas e crianças menores de dois anos).

Essa expansão econômica (o país cresce acima de 4% desde 2010) e o excedente de receita explicam, além disso, como um regime que esteve a ponto de entrar em colapso entre 2006 e 2009 e levar o país a um conflito civil acabou se consolidando muito firmemente:

Reforçado e reelegitimado com sua nova reeleição de 2014, Evo Morales encara um quinquênio que será marcado por três variáveis:

- Do ponto de vista político, tudo vai girar em torno de se Morales tentará ou não a reeleição em 2020. A constituição de 2009 não a permite, e o presidente boliviano declarou que não tem desejo de continuar no cargo.

Evolución del PIB boliviano entre 1985 y agosto de 2013

La expansión de la economía boliviana podría registrar este año un récord histórico si se mantiene el ritmo de crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB).



INFOGRAFÍA: JULIO HUANCA. FUENTE: MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS E INE

p: Preliminar *Dato a agosto con base al IGAE

Infografía elaborada pelo jornal La Razón

“O futuro da Bolívia e de seu atual regime depende da decisão final que Evo Morales tomar, dada a ‘evodependência’ de seu partido”

Mas o certo é que o projeto *masista* e *evista* não tem um herdeiro ou afilhado político claro, e a dependência do MAS e do regime da figura carismática e de grande simbolismo encarnada por Evo Morales provoca que, sem sua liderança, o projeto construído desde 2006 pode entrar em colapso e desaparecer. Além disso, os exemplos regionais (a reeleição de Hugo Chávez, Rafael Correa, Daniel Ortega...) fazem com que se fortaleçam as dúvidas em torno de um Evo Morales fora da política em 2020 e dedicado a administrar um restaurante (como chegou a afirmar). O futuro da Bolívia e de seu atual regime depende da decisão final que Evo Morales tomar, dada a “*evodependência*” de seu partido.

- No campo econômico, apesar de Evo Morales manter um discurso anti-imperialista e de reivindicação anticolonialista, seu modo de atuar desde 2009 é de caráter desenvolvimentista, em aliança estreita com a elite empresarial. Especialmente com o departamento de Santa Cruz, tradicionalmente opositor a sua gestão, mas onde nestas eleições ele ganhou com vasta margem, com quase 50% dos votos.

Ele mantém assim um discurso “*revolucionário*” (“*Ganhou a dignidade e a soberania do povo boliviano, e (o triunfo) está dedicado a todos os povos do mundo que lutam contra o*

imperialismo”), *mas o caminho que vai seguir neste quinquênio será, ainda mais notadamente, desenvolvimentista, já que pretende dar um impulso à industrialização do gás, do lítio e do ferro. Segundo Morales, “a meta está claríssima, não continuar exportando a matéria-prima em ferro, mas sim exportá-la (industrializada) para a construção”.*

Mas promover essa industrialização requer investimentos que o Estado boliviano não pode, por si só, realizar, devendo então buscá-los no exterior (Rússia ou China) ou também atraindo outros capitais estrangeiros. Nesse sentido, as relações com grandes corporações como a Repsol YPF, mesmo após as estatizações, acabaram sendo excelentes. De fato, suas tradicionais nacionalizações nos dias 1º de maio talvez continuem a ocorrer, mas não vão afetar esses grandes consórcios internacionais. Em 2013, o próprio Evo assim se manifestou: “*às empresas que investem, quero dizer que está garantido o investimento, mas também recuperar seu investimento e que têm direito às utilidades*”.

De qualquer forma, certas dúvidas se mantêm sobre a viabilidade do modelo econômico no qual o regime se sustenta e recebeu nestes últimos anos um alto crescimento econômico. Agora que a região entra em um período de resfriamento, que pode

“As eleições uruguaias fecharam o ano eleitoral na América Latina e, em si próprias, resumiram todas as dinâmicas que caracterizaram a região ao longo de 2014”

acabar afetando a Bolívia, não parece tão viável a política monetária baseada em congelar o câmbio, no crescimento da dívida interna, na forte expansão dos gastos públicos ou no aumento substancial de trabalhadores nas empresas estatais.

- A terceira dinâmica que vai marcar este quinquênio vai ser a da própria natureza do regime.

O acúmulo de poder conseguido por Evo Morales nestas eleições, nas quais conseguiu dois terços do legislativo e que terminaram com a oposição muito golpeada, estende dúvidas sobre a capacidade de fiscalização que essa oposição fragilizada terá no Legislativo. E, nesse sentido, tudo parece indicar que neste quinquênio não será interrompido o caminho do governo liderado por Evo Morales em direção à construção de um sistema altamente clientelista, personalista e escassamente institucionalizado.

Como afirma o ex-presidente boliviano Carlos Mesa, *"o estado de direito está seriamente debilitado, um enfraquecimento que tem a ver com uma profunda desinstitucionalização em todas as ordens, que está disfarçada pela força pessoal, pelo poder de convocação e a legitimidade de origem do presidente, que concentra tudo nele próprio. É tempo de lhe perguntar se acredita de ver-*

dade que esse culto à personalidade (multiplicado em suas imagens em todo o país) e sua onipresença na imprensa estatal e paraestatal, são saudáveis para seu projeto histórico e para sua própria conexão com a realidade".

As eleições uruguaias

As eleições uruguaias fecharam o ano eleitoral na América Latina e, em si próprias, resumiram todas as dinâmicas que caracterizaram a região ao longo de 2014, especialmente na região sul-americana:

- A Frente Ampla (no poder desde 2005) ganhou, como se impuseram os partidos que ocupam a presidência em Colômbia, Brasil, Bolívia e El Salvador.
- A esquerda triunfou, neste caso a esquerda moderada e reformista encarnada por Tabaré Vázquez, da mesma forma que venceu a esquerda em El Salvador e Bolívia e a centro-esquerda na Costa Rica e no Brasil, e o centro (Santos) apoiado pela esquerda na Colômbia.
- Foi, além disso, uma vitória no segundo turno, como ocorreu em Colômbia, Brasil, Costa Rica e El Salvador.
- Além disso, a oposição uruguia, apesar de com menos força que nos casos colombiano e brasileiro, encarnou o voto dos setores emergentes, que reivindicam melho-

res serviços públicos, cansaço com a hegemonia do governo e certo mal-estar com a crescente pressão fiscal.

A campanha para o primeiro e o segundo turno nas eleições presidenciais do Uruguai foi o dia e a noite deste processo eleitoral. Se a emoção e a incerteza predominaram na primeira votação, o aborrecimento e a falta de tensão abriram o caminho para o segundo turno. Luis Lacalle Pou, o candidato do Partido Nacional, foi o responsável por transformar a campanha para o pleito de 26 de outubro em um duelo apaixonante com o candidato da governista Frente Ampla, Tabaré Vázquez. Sua ascensão nas pesquisas parecia ameaçar a reeleição de Vázquez e se transformou no grande fator de agitação da campanha entre julho e outubro por sua mensagem revigorada e suas propostas atraentes e renovadoras.

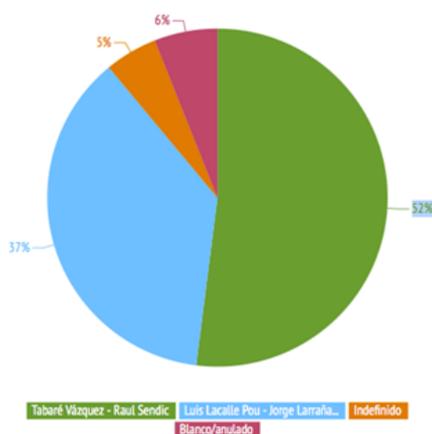
No entanto, os resultados das eleições de 26 de outubro frus-

traram quase toda emoção: Tabaré Vázquez ficou às portas da reeleição ao conseguir 47,8% dos votos, enquanto a soma de brancos (Lacalle Pou, 31%) e colorados (Pedro Bordaberry, 13%) não foi suficiente para derrotar a Frente Ampla.

Além disso, essa perda de emoção se viu confirmada quando apareceram as primeiras pesquisas para o segundo turno: o ex-presidente Tabaré Vázquez (2005-2010) mantinha sua ampla vantagem a menos de três semanas do segundo turno no Uruguai.

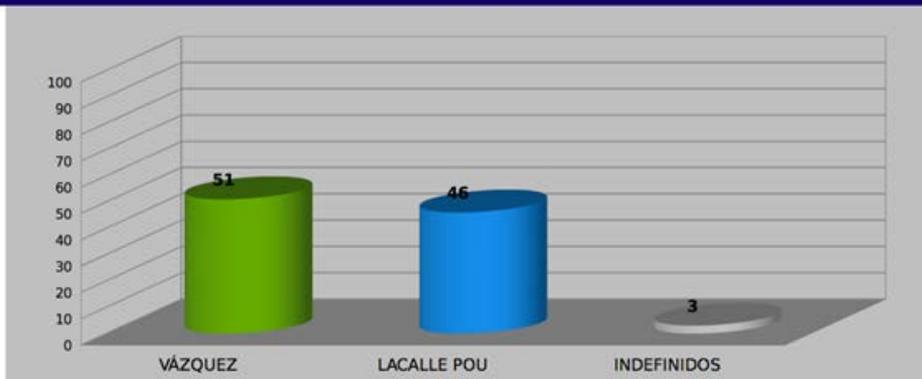
Os resultados finais após as eleições de 30 de novembro confirmaram estas pesquisas: Tabaré Vázquez venceu Lacalle Pou por mais de 12 pontos de vantagem. Com 100% dos votos apurados, a chapa integrada por Tabaré Vázquez e Raúl Sendic recebeu 53,6% deles (1.226.105 votos), contra 41,1% (939.074) de Lacalle Pou e Jorge Larrañaga, do Partido Nacional (Blanco).

FACTUM: Intención de voto para el balotaje del 30 de noviembre



Fonte e infografia: jornal *El País*

LA FOTOGRAFÍA: PREFERENCIA PRESIDENCIAL ACTUAL



Dados e infografia: Factum

3. CONCLUSÕES

O ano de 2014 acabou sendo muito importante do ponto de vista eleitoral na América Latina. Importante pelo que aconteceu e também pelo que se anuncia para as próximas eleições: foi se confirmando que a região pode estar às portas de uma mudança de seu ciclo político-eleitoral, o qual estaria germinando e é produto, por sua vez, das mudanças sociais e econômicas ocorridas ao longo da última década. Todo esse coquetel fez com que as hegemonias políti-

“A região pode estar às portas de uma mudança de seu ciclo político-eleitoral, o qual estaria germinando e é produto, por sua vez, das mudanças sociais e econômicas ocorridas ao longo da última década”

cas fossem em risco, e possivelmente estarão ainda mais no futuro próximo: a reeleição de Juan Manuel Santos esteve perto de não ocorrer, e as hegemonias do PT no Brasil, da FMLN em El Salvador e da Frente Ampla no Uruguai estiveram sob ameaça. Na Costa Rica, acabou o predomínio do PLN.

O que pode estar ocorrendo? Na realidade, em 2014 confluíram uma série de dinâmicas de caráter conjuntural e geral que explicam, em grande parte, a atual situação e preanunciam o que pode vir:

- Em primeiro lugar, em muitos países se assiste a um progressivo esgotamento de determinadas hegemonias políticas.

É o caso do predomínio do PLN na Costa Rica (2006-2014), do lulismo no Brasil (no poder desde 2003 e que obteve em 2014 o pior resultado desde 2002), ou o da Frente Ampla uruguaia (que vai completar, em 2020, 15 anos à frente do país). Ocorre, de forma similar, com o chavismo na Venezuela, força predominante desde 1999, ou o kirchnerismo na Argentina, que ocupa a Casa Rosada desde 2003.

- Os partidos no poder seguem vencendo nas urnas, embora suas vitórias se mostrem muito mais difíceis de repetir no futuro.

Nesse sentido, os casos mais emblemáticos foram os de Juan Manuel Santos que, antes de conseguir a reeleição, ficou

atrás da principal referência opositora, o uribista Óscar Iván Zuluaga; e o caso de Salvador Sánchez Cerén, que no segundo turno venceu por apenas seis mil votos.

Um exemplo paradigmático foi o ocorrido no Brasil. Os resultados do segundo turno apontaram como vencedora a candidata do PT, que se impôs por pouco mais de três pontos: foi o pior resultado do partido fundado por Lula desde 2002.

O PT conseguiu derrotar o PSDB em 2002, 2006 e 2010: Lula venceu José Serra em 2002 por mais de 22 pontos, e Geraldo Alckmin em 2006 por mais de 20, enquanto Dilma fez o mesmo com Serra em 2010 por quase 12 pontos de vantagem.

Contra Aécio Neves, em 2014, as diferenças ficaram reduzidas a apenas 3 pontos:

De qualquer forma, as reeleições consecutivas (como as ocorridas neste ano em Colômbia, Brasil e Bolívia) continuam a ser uma forte tendência: todos os presidentes sul-americanos que tentaram a reeleição imediata entre 1978 e 2014 a conseguiram. Os dois únicos exemplos de presidentes que queriam permanecer no poder e não conseguiram são dois líderes de fora do cenário sul-americano: Daniel Ortega em 1990 na Nicarágua e Hipólito Mejía em 2004 na República Dominicana.

“É cada vez mais evidente que os partidos governistas têm muito trabalho para ganhar as eleições com comodidade”

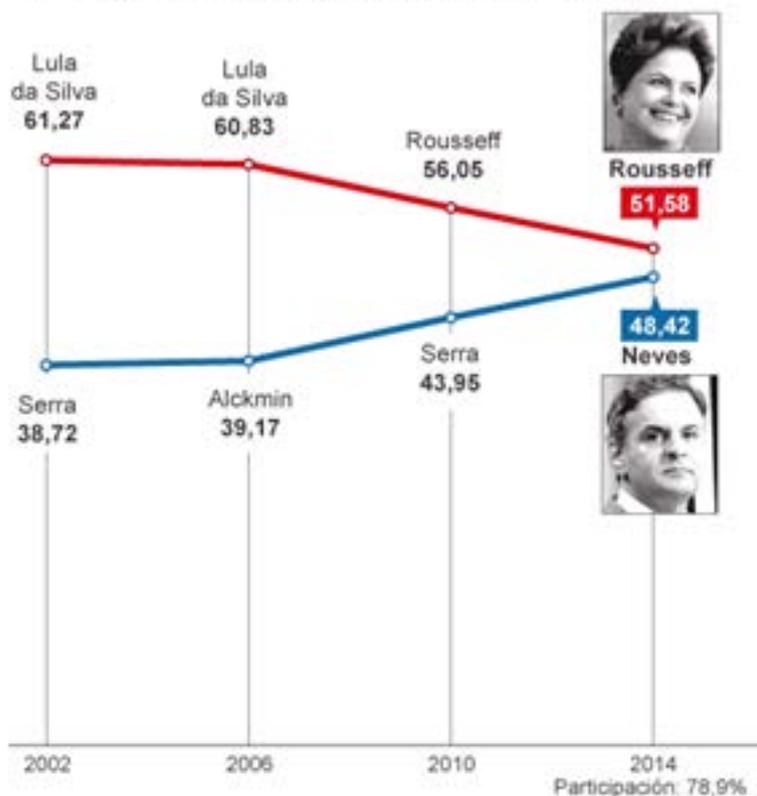
Todos os partidos governistas levaram a melhor nas eleições que aconteceram em 2014 na América do Sul. Juan Manuel Santos venceu na Colômbia, Evo Morales na Bolívia, Dilma Rousseff no Brasil e Tabaré Vázquez no Uruguai. O que aconteceu com as oposições que criam tantas expectativas e acabam derrotadas uma após a outra nos pleitos sul-americanos? Curiosamente, quando tudo indicava que as oposições tinham a possibilidade de derrotar os governistas (pelo menos em Colômbia, Brasil e Uruguai), todas foram vencidas. Quando parecia que essas oposições

captavam o mal-estar popular, sobretudo da classe médias, na hora da verdade, as urnas lhes deram as costas. nas les han dado la espalda.

Como afirma Daniel Zovatto, *"é cada vez mais evidente que os partidos governistas têm muito trabalho para ganhar as eleições com comodidade (como ocorreu em El Salvador, na Colômbia e voltou a acontecer no Brasil). Mas também é certo que para as oposições também não parece fácil derrotar os governistas (fracassaram neste ano em El Salvador, Colômbia, Bolívia, Brasil e, provavelmente, também no Uruguai). O eleitorado parece estar optando não tanto pela mudança, entendida como alternância, mas pela mudança na continuidade, reelegendo os governistas, mas ao mesmo tempo lhes enviando uma mensagem de insatisfação com a atual situação"*.

Apesar de todos os fracassos opositores, tudo indica que nada será igual. As hegemônias esmagadoras, salvo exceções como a de Evo Morales, vão ser uma avis rara. A ascensão da oposição na América do Sul veio para ficar (forçaram, em três dos quatro casos, o segundo turno), e 2014 foi a primeira passagem de um fenômeno emergente. Em palavras do analista Julio Burdman, *"a reeleição de Dilma Rousseff no Brasil, e antes a de Morales na Bolívia, conspiram contra a tese do "momentum" opositor... Váz-*

Elecciones presidenciales. Sobre el total de votos válidos, en %



Fonte: jornal El País

“As classes médias emergentes, que cresceram nestes anos de bonança e estabilidade política, agora pedem outras coisas: melhoras nos serviços públicos (saúde, transporte público e educação), maior segurança e menos corrupção”

quez, junto com Bachelet e Lula, faz parte de uma geração de presidentes sul-americanos de longa duração que continuam ocupando o centro das cenas políticas. Dentro de alguns anos, por isso mesmo, certamente a demanda geracional será um issue mais poderoso; ainda está verde”.

- Além de desgaste, essas hegemônias partidárias perderam conexão com a sociedade em uma dupla frente:
 - » Por um lado, com as novas gerações que não viram outra coisa no poder, por exemplo, que não fosse o PT no Brasil ou a Frente Ampla no Uruguai e que chegam agora à maioria para votar. A diretora da empresa de consultoria uruguaia Cifra, Mariana Pomiés, o explica assim para o caso uruguaio: *“Dito futebolisticamente, a categoria de base da Frente Ampla eram os jovens, e o que nós vínhamos vendo principalmente no último ano é uma mudança nessa predisposição natural dos jovens a votar na Frente Ampla”.*
 - » Por outro lado, as classes médias emergentes, que cresceram nestes anos de bonança e estabilidade política, agora pedem outras coisas: melhoras nos serviços públicos (saúde, transporte público e educação), maior segurança e menos corrupção. Uma agenda re-

novada, diante da qual os partidos no poder não estão sabendo, no momento, reagir de forma adequada.

O analista Álvaro Vargas Llosa explica que *“essa classe média emergente, que a estatística classifica como “classe C” no Brasil, se desiludiu com o governo... Não é difícil entender o que acontece. Essa classe média começa a advertir que, como na Cinderela, o encantamento pode acabar à meia-noite, e tudo pode voltar à medíocre realidade. O Brasil não cresce há quatro anos e, se as coisas continuarem assim, o incipiente sinal de aumento do desemprego após tantos anos de emprego abundante pode ganhar a força de uma tendência. Além disso, essas famílias —acrescenta Vargas Llosa— estão bastante endividadas e já dedicam uma grande porcentagem de suas receitas a saldar esses créditos. Por fim, a expectativa que sua nova condição despertou nelas no que diz respeito aos serviços públicos se chocou com um Estado terrivelmente de terceiro mundo, muito afastado do sonho dos fulgurantes Bric de poucos anos atrás”.*

- A região continua a ser politicamente heterogênea

As eleições de 2014 em Costa Rica, El Salvador, Panamá,

“2014 pode ser contemplado como o primeiro ano de uma mudança de ciclo. Um novo ciclo político que se abre e que se caracterizaria pela volatilidade eleitoral e o enfraquecimento das hegemonias partidárias e personalistas”

Colômbia, Brasil, Bolívia e Uruguai mostraram uma região, do ponto de vista político, social e econômico, muito heterogênea. As diferentes esquerdas triunfaram em quatro das cinco eleições sul-americanas que aconteceram nos últimos 12 meses, e em cinco das sete realizadas na América Latina. A reeleição de Juan Manuel Santos na Colômbia foi a única exceção a essa tendência regional. Isso contrasta com o ocorrido na América Central e México, onde há maior heterogeneidade entre vitórias da esquerda (como a da FMLN em El Salvador), centro-esquerda (PAC na Costa Rica), centro-direita e direita (Partido Panamenhista de Juan Carlos Varela).

- Em quinto lugar, a economia não acompanhou nesta conjuntura de 2014 os partidos governistas. O enfraquecimento que afeta a região começa a ser percebido, talvez se faça mais claramente em 2015, e isso não contribui para dar continuidade, nem para sustentar os projetos dos diferentes partidos no poder. O baixo crescimento econômico, que pode conti-

nuar nos próximos anos, terá uma consequência direta sobre o aumento do mal-estar popular e os vaivéns nas intenções de voto.

Na realidade, devido a todos estes ingredientes analisados, pode se considerar que 2014 pode ser contemplado como o primeiro ano de uma mudança de ciclo. Um novo ciclo político que se abre e que se caracterizaria pela volatilidade eleitoral e o enfraquecimento das hegemonias partidárias e personalistas. Tudo isso dentro de uma economia menos pujante, em certas ocasiões até imersa em crise (Venezuela e Argentina), e uma sociedade mais heterogênea, na qual vão aflorar várias contradições e um mal-estar latente e, sobretudo, crescente. Tudo indica que pode estar se formando um tempo de maior volatilidade, produto das mudanças sociais (aumento dos protestos e a insatisfação da classe média emergente) e econômicas (arrefecimento mundial). Uma volatilidade que vai ter como consequência direta as longas hegemonias políticas serem muito mais difícil de manter. Em 2015, por exemplo, será mais difícil de manter o predomínio kirchnerista e, sobretudo, que ocorram vitórias arrasadoras como as de Cristina Kirchner em 2007 e 2011.

Na realidade, assiste-se a uma conjuntura na qual a região se encontra em plena transição. Uma tripla transição que é:

VITÓRIAS DA ESQUERDA EM 2014	Salvador Sánchez Cerén (El Salvador) Evo Morales (Bolívia) Dilma Rousseff (Brasil)
VITÓRIAS DA CENTRO-ESQUERDA EM 2014	Luis Guillermo Solís (Costa Rica) Tabaré Vázquez (Uruguai)
VITÓRIAS DA CENTRO-DIREITA EM 2014	Juan Manuel Santos (Colômbia) Juan Carlos Varela (Panamá)

Fonte: elaboração própria

“A opinião pública reivindica mudanças, mas não existe uma clara agenda de para onde se deseja caminhar”

- » Social, pela urgência das classes médias, as quais tiveram alteradas as agendas, as políticas públicas e até as próprias relações sociais.
- » Política, provocada também pelas mudanças e tensões que os sistemas de partidos sofrem e pelos problemas dos próprios regimes políticos para canalizar essas novas reivindicações.
- » Econômica, devido ao fim da década de auge e crescimento que a América Latina viveu baseada nos altos preços das exportações de *commodities*.

Además, en un contexto de Além disso, em um contexto de arrefecimento econômico, aumento de expectativas e reivindicações sociais, as fidelidades partidárias e a determinadas lideranças são cada vez mais voláteis. A opinião pública reivindica mudanças, mas não existe uma clara agenda de para onde se deseja caminhar. Como explica Juan Arias no jornal El País para o caso do Brasil, "74% dos brasileiros pedem uma mudança,

segundo o Instituto Datafolha, mas ao mesmo tempo se movimentam entre dois sentimentos: o desejo de algo que melhore suas vidas, já que não lhes basta o obtido nestes 12 anos, e o medo de que essa mudança os faça perder o que já foi conquistado, sobretudo por parte dos que são mais pobres e mais se beneficiaram das ajudas sociais dos governos do PT. Eles representam a grande maioria dos eleitores da candidata Rousseff".

Definitivamente, amanhece uma América Latina mais difícil de governar porque a região está entrando em uma nova etapa econômica e social de sua história (muito mais complexa, de menor crescimento e maiores tensões e reivindicações das emergentes classes médias e dos setores populares). E tudo isso tem consequências diretas sobre os sistemas de partidos e a governabilidade dos países da região, já que põe a toda prova a capacidade dos governos para canalizar adequadamente as pressões sociais e impulsionar políticas públicas que encontrem um consenso generalizado entre os cidadãos.

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com 17 sócios e 330 profissionais que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala espanhol e português.

Atualmente, possui escritórios próprios na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos Estados Unidos, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Seu desenvolvimento internacional levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das empresas de comunicação mais importantes do mundo, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Carlos Matos
Sócio e Diretor Geral
carlos.matos@imago.pt

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro – RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel: +55 11 3082 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA